

PROFESSORES E INFÂNCIAS: ESTUDOS E EXPERIÊNCIAS

TEACHERS AND INFANCIES: STUDYS AND EXPERIENCES

Rosenei Cristina Ribeiro Victor Alves¹

Professores e Infâncias: estudos e experiências (Junqueira e Marin Editores, 2011, 272 páginas), coletânea de artigos que propõe a reflexão das concepções de infância ou infâncias, organizada por Célia Maria Guimarães, professora da Universidade Estadual Paulista – Campus de Presidente Prudente – Brasil, e por Pedro Guilherme Rocha dos Reis, professor da Universidade de Lisboa – Portugal.

Esta obra é composta por artigos de autores brasileiros e portugueses, os quais propõem importantes e diferentes reflexões sobre a educação da infância.

A proposta dos organizadores é promover um diálogo com diferentes pesquisadores da infância, os quais apresentam olhares sob vários ângulos e perspectivas da formação docente, dos fazeres e saberes sobre a educação infantil. Nessa perspectiva, os autores reforçam a necessidade de se rever valores e condições cognitivas, e também apresentam importantes experiências de trabalho desenvolvido com crianças, fruto de pesquisa com diferentes abordagens teóricas e metodológicas.

Este livro, prefaciado por Gilza Maria Zauhy Garms (FCT-Unesp-Br), convida o leitor para uma grande viagem pelos contornos e vicissitudes do universo infantil, ampliando a investigação e a compreensão desta temática.

Esta viagem fascinante inicia-se pelo artigo “Formação continuada em educação infantil: a construção de uma agenda de possibilidades”, no qual Zilma de Moraes Ramos de Oliveira, Marisa Vasconcelos Ferreira e Joseane Aparecida Bonfim de Barros (USP-Br) ressaltam a importância da formação docente na educação infantil diante das profundas mudanças sociais. Entendem que as políticas públicas para melhoria da qualidade das ações nas instituições específicas ficam prejudicadas, se não houver formação docente adequada dos que lá atuam, com apropriação e elaboração de saberes para esta situação de ensino, por meio de ações contínuas e articuladas com as necessidades de desenvolvimento

¹ Mestre em História e Sociedade – Unesp/Assis, Supervisora de Ensino – Rede Pública Paulista, Docente do Ensino Superior do Instituto Educacional de Assis – Ieda. Assis/SP-Br. E-mail: juniros@gmail.com

cognitivo na educação infantil. Para a formação continuada, as autoras ainda propõem a elaboração de um currículo de formação articulado com o atendimento de bebês e crianças pequenas e uma agenda de formação do professor da primeira infância. É muito forte, neste estudo, a demanda por formação docente, em vista da construção social de novas concepções de conhecimento das crianças, as quais elaboram significações sobre o que ocorre consigo e ao seu redor e o processo de aprendizagem que requer ação e reflexões do docente da educação infantil, centrando seu olhar na criança. Enfim, este estudo oferece ao leitor o desafio do professor se perceber como produtor do conhecimento e sujeito da ação educativa das crianças e a da própria formação.

A complexidade desta obra é demonstrada no estudo de Telma Pileggi Vinha (Unicamp-Br) e Lívia Maria Silva Licciardi (Univ. São Francisco-Br) no artigo “Compreendendo e intervindo nos conflitos entre as crianças”. As autoras propõem uma reflexão sobre o contexto de tensões e conflitos interpessoais que fazem parte do cotidiano escolar. Apresentam, como resultado de pesquisas, o aumento da ocorrência de situações conflituosas e permeadas por maior violência no convívio escolar, desfavorecendo a mediação das pessoas e a aprendizagem de valores e normas. Desse modo, alertam que a resolução das diferentes formas de conflitos tem caminhado mais na direção da agressão e menos pelo diálogo. Para tanto, Vinha e Licciardi sugerem situações mais assertivas que podem ser favorecidas em programas de intervenção, se estes forem iniciados com sujeitos mais novos, ou seja, consideram a educação das crianças, as quais ainda não desenvolveram a capacidade de reflexão dos próprios sentimentos e os do outro, com possibilidades de construção de relações cooperativas e mais equilibradas, no seu devir.

O percurso explorado pelas pesquisadoras Maria Suzana de Stefano Menin, Juliana Aparecida Matias Zechi, Alana Paula de Oliveira e Claudiele Carla Marques da Silva (FCT-Unesp-Br) em “Práticas bem sucedidas de educação em valores: exemplos em escolas públicas brasileiras”, convida o leitor a visualizar possibilidades do trabalho pedagógico com valores, baseados em estudos realizados em escolas públicas do ensino fundamental. Contrapondo a ideia da construção de questões éticas no processo educativo, as autoras apontam a crise de valores e a “sociedade líquida” (BAUMAN, 2009) – a qual deixa de ter a rigidez de princípios e normas sociais de décadas passadas e apresenta tais valores de forma fragmentada e frágil – que podem levar a transformações generalizadas nas relações humanas. Mostram, também, que a estrutura capitalista confere às pessoas a condição de consumistas mediados pela voz das mídias, não se comprometendo com a realidade social. Para tanto,

entendem ser vital o reconhecimento de uma educação moral, a fim de resgatar valores universais que possam favorecer o convívio e o bem comum entre as pessoas. De maneira muito interessante, apresentam duas experiências muito bem sucedidas, que apontam para o sentido de reaprender valores como o respeito, a solidariedade e o resgate do homem e sua relação com a natureza. São elas: o projeto reutilização do óleo saturado em defesa das águas do rio Carangola (Natividade/RJ - 2010) e o projeto Água, Fonte de vida (Caiuá/SP - 2007).

Maria de Fátima Carneiro Ribeiro Pereira e Maria Amélia da Costa Lopes (Univ. do Porto-PT) anunciam aos leitores em “A infância no contexto da educação escolar: sentidos e significados de transformações incertas”, que pensam o conceito social de infância diferenciada valendo-se dos discursos dos professores em formação inicial. As narrativas sobre a infância e a profissionalização docente revelam subjetividades e sociabilidades na escola e saberes que condicionam a construção e as formas de vida da infância dentro e fora do ambiente escolar, trazendo ao professor a necessidade de pensar em um trabalho que as possa transformar, pois, segundo as autoras, a formação docente incorporou saberes e normas que perpassam concepções sobre a infância, com base no imaginário social, os quais nutrem discursos científicos e pedagógicos. Apontam, ainda, que a modernidade tardia rompeu referenciais do pensamento sobre a infância, criando instabilidade. Nesse contexto, evidenciam, nas narrativas, a infância como projeto social, com lugar próprio, idílica, produtiva e em risco.

Resultado de experiência portuguesa da Grande Lisboa, o leitor tem a satisfação de conhecer em “O impacto do programa kidsmart na integração das tecnologias de informação e comunicação num Jardim-de-Infância da grande Lisboa”, de Madalena Alves (Colégio Valsassina-PT) e Pedro Guilherme Rocha dos Reis (Univ. de Lisboa-PT), o papel das TICs no jardim-de-infância e a apresentação do Programa KidSmart Early Learning em Portugal, fruto de parceria entre a Companhia IBM e o Ministério da Educação português. Alves e Reis apontam que os Centros KidSmart têm um educador de infância com conhecimento de informática para atuar, por meio de um módulo colorido, com tecnologia avançada e um software com atividades educativas, integrando-se ao currículo da infância. Como metodologia de pesquisa, apresentam o estudo de caso qualitativo no Jardim-de-Infância da periferia de Lisboa, no qual conferem a organização da sala e da rotina que utiliza o programa. Ainda demonstram a avaliação do programa pela voz do educador, das crianças e dos pais.

Edilson Azevedo da Silva, Gilza Maria Zauhy Garms e Célia Maria Guimarães (FCT-Unesp-Br) apresentam “O jogo como atividade principal da criança: contribuições da teoria histórico-cultural à pedagogia da infância e ao trabalho do professor”, um estudo muito importante para o leitor que vive a apaixonante aventura de compreender o desenvolvimento infantil. Os autores afirmam que o jogo, como atividade fundamental e privilegiada no desenvolvimento infantil, aprimora capacidades superiores. Com base na teoria histórico-cultural, estudam a ludicidade do jogo como significativa no crescimento da criança, além de favorecer a imaginação, pois o jogo permite que a esfera dos significados e a da percepção sejam aproximadas, potencializando a zona de desenvolvimento proximal. Desse modo, salientam que é importante a organização das condições para que ocorra o jogo no currículo da criança pequena.

Boas experiências portuguesas sobre a educação infantil podem ser vislumbradas, também, nos artigos: “A obra de arte como instrumento pedagógico – uma abordagem prática em sala de aula”, de Marta Andreia de Souza Jacinto Uva (ESE-Santarém-PT); “A utilização dos blocos lógicos no jardim de infância: uma experiência na formação inicial de educadores”, de Cláudia Susana Santos Honório, Cláudia Filipa Martins Soares, Neusa Cristina Vicente Branco e Susana Isabel Gueifão Colaço (ESE-Santarém-PT) e “O pensamento algébrico e a capacidade de generalização de alunos do 3º ano de escolaridade do ensino básico”, de Célia Maria Martins Vitorino Mestre (Almada-PT) e Hélia Margarida Pintão de Oliveira (Univ. Lisboa-PT). Aqui se encontra uma análise de natureza qualitativa desenvolvida no 1º ciclo em Portugal, com a utilização da obra de arte em diferentes áreas do saber, na perspectiva de uma educação da sensibilidade e do afeto. Aborda, também, a necessidade do professor investigar suas próprias práticas e desenvolver experiências estéticas como forma de ampliar o espaço transversal do currículo e permitir o despertar de sentidos não convencionais e do aluno encontrar seus próprios sentimentos, emoções e suas capacidades. Na experiência com blocos lógicos, as pesquisadoras apresentam três tarefas elaboradas com esses recursos, no Instituto Politécnico de Santarém, ou seja, no âmbito da atuação de estagiárias na área de Matemática, como contribuição no desenvolvimento das crianças e contato e percepção das sequências. Assim, entendem que o trabalho com tal material didático colabora para o desenvolvimento do sentido espacial, da capacidade de orientação (formas e posição), raciocínio e sequência, além de contribuir para as reflexões, abstração e simbolização da construção que as crianças representam por meio dos blocos lógicos. Na reflexão sobre o pensamento algébrico, as autoras apresentam resultados de um

teste aplicado no 3º ano escolar para verificar habilidades na resolução de problemas sobre números e operações. Com base no NCTM (National Council of Teachers of Mathematics, 2000), a álgebra é a base do currículo de Matemática e o pensamento algébrico é entendido como processo de compreensão de ideias e grandezas que expressam-se na forma simbólica coerente com a idade, bem como o pensamento relacional em matemática. Entre os resultados, constataram várias evidências da capacidade de raciocínio, regularidades e generalização, entre os estudantes.

Como grande contribuição filosófica para o pensamento da infância está o artigo “Leituras de infância e subjetividade: desafios à profissionalização do professor de crianças no contexto do pensamento pós-metafísico”, de Vilmar Alves Pereira (UFRGS-Br), que aborda a questão dos desafios do professor e dos cursos de formação de crianças no pensamento pós-metafísico, o qual reconhece ser plural a infância moderna. Contrário a este pressuposto, o autor refere-se ao pensamento metafísico transcendental, ainda muito presente nas práticas formativas e escolares da infância, cuja tendência, na gênese de suas concepções, é basear-se em elementos unificadores, reforçando estereótipos da criança como ser frágil, inferior e dependente. Pereira ressalta, no paradigma pós-metafísico, a não existência de um pensamento totalizador, todavia, considera a pluralidade de concepções sobre a infância, na conjuntura moderna, das condições de cada contexto histórico-social e cultural, e da abertura para múltiplas expressões e novas leituras da infância. Assinala, ainda, o enfrentamento pedagógico destes novos desafios, que passam pelo estudo da criança como categoria histórica de um tempo e de um espaço específico, com outra noção de racionalidade, a visão da criança não como objeto, necessidades de limites e a afirmação que a infância não está desaparecendo. Não se trata de infância, mas infâncias.

Chegando ao final desta viagem interessante sobre o universo infantil, o artigo “Infância contemporânea: entre o campo discursivo e a quimera infantil”, de Dora Lilia Marín-Díaz (UFRGS-Br), traz indagações sobre as mudanças nas maneiras de pensar a infância nos séculos XIX e XX, no mundo ocidental e as condições e tensões contemporâneas do conceito de infância, que incorpora paradigmas da concepção moderna e liberal aos efeitos da expansão das tecnologias da informação. A autora não acredita na ideia da morte da infância moderna, mas em transformações culturais que geram um novo campo discursivo para a compreensão da infância e de suas múltiplas formas e figuras infantis.

O percurso que apresentamos da obra nos permite considerar que compõe importante referencial para leitores que se interessam pela complexidade do estudo da

infância, bem como conhecer boas experiências formativas da realidade educacional brasileira e portuguesa, com linguagem muito acessível.

Entre os artigos não temos uma uniformidade de análises e pesquisas, todavia encontramos a marca da pluralidade de abordagens, tanto teóricas como metodológicas fundamentando-se no estudo da infância e outros estágios de desenvolvimento humano escolar. Entendemos ainda ser de grande valia a recomendação desta obra para os cursos de formação inicial e continuada docente. A leitura deste livro ainda possibilita, com muita propriedade, a reflexão sobre múltiplas questões curriculares da educação de infância e a análise de concepções que perpassam o imaginário social sobre a infância e fundamentos conceituais no mundo pós-moderno.

Recebido em junho de 2012

Aprovado em outubro de 2012